



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

**PREGÃO ELETRÔNICO DGA SAÚDE nº 90045/2026**

**CONTRATANTE - UASG: 450161**

**PROCESSO Nº 01-P-25998/2025**

**OBJETO: Contratação de serviços de manutenção corretiva de instrumental de vídeo cirurgia**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

**PARTICIPAÇÃO: Ampla**

**REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço unitário**

**DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/03/2026**

**HORÁRIO: 09h30min**

**PREGOEIRO(A): Luis Sergio Bertho (titular) - Natalia Assimen de Queiroz (suplente)**

Torna-se público que a Universidade Estadual de Campinas, por meio da Divisão de Suprimentos da Diretoria Geral de Administração, sediada na Praça das Bandeiras, 45, Quadra 2, Prédio 1, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. Do objeto**

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Contratação de serviços de manutenção corretiva de instrumental de vídeo cirurgia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 22 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. Da participação na licitação**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 2 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 3 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 2.9. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.11. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.12. O licitante vencedor do certame deverá promover a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do § 3º do art. 15, da Lei nº 14.133 de 2021.

**3. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

- leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. Do preenchimento da proposta**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário dos itens;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 7 de 27 (versão 26/08/2024)





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

da data de sua apresentação.

4.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de ou percentuais entre os lances, que incidirá

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 8 de 27 (versão 26/08/2024)





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

- 5.8.1. A aplicação do percentual mínimo entre os lances incidirá sobre o valor total da proposta.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances,

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 9 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

- após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 10 de 27(versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 12 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.21.2.2. empresas brasileiras;
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
  - 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou de ofício pelo próprio Pregoeiro, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de habilitação.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

**6. Da fase de julgamento**

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Sanções, mantido pelo Governo do Estado de São Paulo ([https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx));

6.1.6. Relação de Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.1.7. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

desclassificação.

- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12.3.

## **7. Da fase da habilitação**

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 17 de 27(versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou .
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 18 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. Dos recursos**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

preclusão;

- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no e-mail [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br).

## **9. Das infrações administrativas e sanções**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 20 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)

Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869

[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 21 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. O recolhimento da multa dar-se-á na forma indicada na Resolução GR-019/2023, de 23/03/2023, a qual regulamenta a forma de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNICAMP e que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/31521/0>.

9.4.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da UNICAMP.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 23 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPRIMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

úteis antes da data da abertura do certame.

- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. Das disposições gerais**

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869  
[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 24 de 27 (versão 26/08/2024)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPLEMENTOS**  
**EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

dias de expediente na Administração.

- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 11.11. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 11.12. Para agilizar os procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes das futuras contratações, recomenda-se que o licitante informe, na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A em que mantém conta corrente, bem como o seu número, para que os pagamentos ocorram em conformidade com o disposto neste Edital.
- 11.13. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste Edital serão consideradas ratificadas, nos termos do presente, pelos licitantes.
- 11.14. Com a apresentação da proposta, a proponente assume, independentemente de Declaração que:
- 11.14.1. tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;
- 11.14.2. tem pleno conhecimento das disposições contidas no Edital e seus Anexos, bem como no Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DStr/DGRH (disponível no site [https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man\\_dsso\\_seguranca.pdf](https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf).)
- 11.15. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja.
- 11.16. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E. e nos endereços eletrônicos: <https://doe.sp.gov.br/pesquisa->



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

licitacao, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

11.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.17.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.17.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

## **12. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPRIMENTOS  
EDITAL**

Minuta: 2.2.2- Aprovado  
segundo Parecer PG nº 1988,  
de 2024, e Despacho PG nº  
3976, de 2024

E-mail: [supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br](mailto:supri.servicoseobras.saude@dga.unicamp.br)  
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo  
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869

[www.dga.unicamp.br](http://www.dga.unicamp.br)

Página 27 de 27(versão 26/08/2024)

Documento assinado. Verificar autenticidade em [sigad.unicamp.br/verifica](http://sigad.unicamp.br/verifica)

Informar código D0D9FD7F 50094FD7 85FFFF0C 5FA3631C

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**TÉCNICO**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de manutenção corretiva de instrumental de vídeo cirurgia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Especificação	UF	CATSER	Quantidade Total de manutenções no ano
1	01	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Redutor de 5mm</b>  (acoplamento de válvula de trocarte de 10mm(± 10%), reduz diâmetro de 10mm (± 10%) para 5mm (± 10%), em inox, reutilizável)	UN.	20869	06
	02	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 10mm</b>  (obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%) , cânula lisa, com entrada conector luer-lock; válvula multifuncional )	UN.	20869	06
	03	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater Canula Rosqueada</b>  (para punção principal, obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho: diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%); cânula rosqueada e com conector luer-lock; válvula multifuncional; para cirurgia videolaparoscópica)	UN.	20869	06
	04	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cânula de aspiração com irrigação –</b>	UN.	20869	06



		<b>entrada de 5mm e 10mm</b> (aço inox; autoclavável; p/ videocirurgia; p/sucção e irrigação; c/ orifícios laterais tipo pistão (aspirador e irrigador); 5mm e 10mm de diâmetro x 330 mm a 360mm comprimento, duplo controle)			
	05	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Tesoura Metzemaum</b>  (mandíbula curva 6mm (± 5%), diâmetro 5mm (± 5%) e 330 mm a 360 mm de comprimento, manopla sem cremalheira; tipo metzemaum curva)	UN.	20869	06
	06	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Fenestrada</b>  (Pinça apreensão atraumática Fenestrada Côncava, 5/330mm)	UN.	20869	06
	07	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Croce Olmi Curva</b> (diâmetro de 5mm, comprimento útil de, 330 mm a 360 mm composta por: manopla sem cremalheira e com acoplamento da haste giratório em 360° e encaixe tipo click; camisa isolada de 5mm; haste de pinça fenestrada atraumática tipo ponta curva de 27mm, reutilizável)	UN.	20869	09
	08	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Maryland</b> (Pinça de dissecação; em aço inox, mandíbula dupla curva; tipo maryland monopolar; desmontagem em no máximo 3 partes (tubo,manopla e haste); tubo isolado da haste; diâmetro: entre 5 e 5,5mm; comprimento trabalho: 330 e 360 mm; giratória em 360 graus; reusável)	UN.	20869	06
	09	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Dente de Rato</b> (pinça dente de rato; em aço	UN.	20869	06

		inoxidável; com ponta para dissecação; com comprimento de aproximado de 330 mm a 360 mm)			
10	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino Cohen</b> (kit de manipulador uterino; em inox, tipo cohen; contendo tubo para irrigação, trava de controle de profundidade e cone, conexão luer-lock; para uso em histerectomia via laparoscópica)	UN.	20869	05	
11	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Eletrodo monopolar Hook</b>  (isolado, ponta gancho curvo J, comprimento útil de 300mm a 360mm; cabo para electrocirurgia de 2,5m a 3,0m de comprimento, reutilizável)	UN.	20869	10	
12	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Porta agulha (mão direita e ambidestro)</b> (cabo não anelado curvo tipo Mathieu; ponta curva mão direita e ponta reta ambidestra; comprimento útil de 330 mm a 360 mm; conexão tipo luer- lock para limpeza interna do canulado, reutilizável)	UN.	20869	08	
13	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manopla</b> (acessório para material de videoendoscopia; manopla monopolar tipo click-line, sem cremalheira, autoclavável,; para uso com haste de pinças e tesouras de videocirurgia)	UN.	20869	11	
14	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Clipadora LT300 e LT400</b>  (conjunto de material laparoscópico descartável; para ser utilizado em cirurgia laparoscópica; confeccionado em titânio; estéril; composto por: clip metálico médio LT300 e Grande LT400, p/ clipador metálico)	UN.	20869	09	

15	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Redutor longo 5mm</b> (acessório para equipamento médico; videolaparoscópico redutor tipo diafragma; redutor longo; de 10,00mm para 5,00 mm , comprimento de 120mm )	UN.	20869	06
16	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino (cone tipo copinho)</b> (kit de manipulador uterino; em inox e cones de três dimensões, substituíveis em função do tamanho do colo do útero, fabricado em plástico peek e/ou plástico de engenharia, contendo tubo para irrigação, cone tipo copo e borboleta de trava de profundidade; para uso em histerectomia via laparoscópica)	UN.	20869	04
17	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 12mm</b> (trocater; em aço inox; obturador ponta piramidal; cânula lisa; na medida de diâmetro 12 mm e 12 cm de comprimento aproximado; para punção laparoscópica; camisa autoclavável)	UN.	20869	06
18	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Betocchi</b> (conjunto de camisa para equipamento medico; para histeroscopia diagnostica tipo betocchi; medindo 4,3 mm; sem rotação, ovalada; com canal para instrumentos de 5 fr;reusável)	UN.	20869	14
19	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Camisa Diagnóstica (conjunto)</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; em aço inoxidável; fluxo único; para uso com endoscópio rígido (óptica) 4mm; com torneira para insuflação; uso em histeroscopia diagnóstica/cirúrgica).	UN.	20869	14
20	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Ressectoscópio</b> (elemento de trabalho passivo, resectoscopia)	UN.	20869	10

		;confeccionado em aço inoxidável, monopolar; fluxo contínuo 24 a 26 fr)			
	21	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Conjunto Camisa Cirurgia histeroscópica</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo;composto de camisa externa, camisa interna e obturador ponta romba, em aço inoxidável; diâmetro: 24 a 27 fr; reutilizável e autoclavável; com duas torneiras para irrigação/aspiração, conector luer lock, obturador e um canal de trabalho; para histeroscopia cirurgia, fluxo contínuo. Uso com endoscópio rígido de 4mm)	UN.	20869	10
	22	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cabos de Fibra Ópticas (com ou sem sistema de fluoroscopia integrado)</b> (cabo de fibra óptica para condução luminosa de cavidades endocirúrgicas, comprimento de 3m, ponta em safira, itens com ou sem sistema de fluoroscopia, possui padrão de conexão Karl Storz)	UN.	20869	10

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto nº 67.985 do Estado de São Paulo, de 27 de setembro de 2023.

#### 1.4. Vigência da contratação

1.4.1. A vigência obedecerá às condições contidas no Item 6.1 e subitens deste Termo de Referência.

1.4.2. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência consta do contrato.

## 1.5. Subcontratação

1.5.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A manutenção dos **instrumentais de videocirurgia** do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) é fundamental para a continuidade e segurança dos procedimentos cirúrgicos realizados na instituição. Tais instrumentos são essenciais para a realização de cirurgias de alta complexidade, minimamente invasivas, que proporcionam inúmeros benefícios para os pacientes, como:

- **Precisão cirúrgica:** Reduz o risco de danos a tecidos adjacentes.
- **Menor trauma e recuperação rápida:** Diminui o tempo de internação e melhora o conforto do paciente.
- **Acesso a áreas de difícil alcance:** Permite a realização de procedimentos complexos com maior eficiência.

A falha em qualquer um desses equipamentos pode comprometer a segurança do paciente e interromper o fluxo de cirurgias, sejam elas eletivas ou de urgência/emergência. A necessidade de manutenção corretiva, mesmo com o uso de equipamentos de alta qualidade, pode surgir por fatores como:

- **Desgaste natural:** Componentes mecânicos se deterioram com o tempo e o uso contínuo.
- **Uso intenso:** A carga de trabalho diária no CAISM acelera a fadiga dos materiais.
- **Danos acidentais:** Quedas, impactos ou manuseio incorreto podem causar falhas inesperadas.

Para mitigar os riscos e garantir a disponibilidade contínua dos equipamentos, a contratação de uma empresa especializada por meio de um contrato de manutenção é a solução mais eficiente. Essa modalidade oferece vantagens estratégicas, como:

- **Disponibilidade contínua:** Garante que os instrumentais estejam sempre prontos para uso, evitando interrupções em procedimentos cirúrgicos e o adiamento de cirurgias.
- **Atendimento prioritário e agilidade:** Contratos de manutenção garantem atendimento rápido e prioritário em caso de falha, reduzindo o tempo de inatividade. A agilidade nos reparos é crucial para um hospital.
- **Profissionais especializados:** O contrato assegura que a manutenção será realizada por técnicos qualificados e com conhecimento específico nos equipamentos, garantindo a qualidade do serviço.
- **Previsibilidade financeira:** Os pagamentos regulares evitam custos inesperados, facilitando o planejamento orçamentário e a desburocratização do processo de manutenção avulsa.

A manutenção preventiva e corretiva dos instrumentais de videocirurgia é crucial para a segurança dos pacientes e a eficiência operacional do CAISM. A contratação de uma empresa especializada por meio de processo licitatório para a prestação desses serviços é uma medida estratégica que garante a continuidade, a segurança e a qualidade dos procedimentos cirúrgicos.

O presente processo visa a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva em instrumentais de videocirurgia, garantindo o atendimento público de modo contínuo e ininterrupto.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme número de demanda 5207.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução proposta é a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva, incluindo a reposição de partes e peças, para os instrumentais de videocirurgia. Essa contratação será realizada sob demanda, devido à natureza imprevisível e pontual dos danos, desgastes e quebras dos equipamentos.

Considerando a experiência da Engenharia Clínica do CAISM, a manutenção corretiva de instrumentais cirúrgicos pode variar amplamente em complexidade e custo. Por isso, a modalidade de contratação será por escopo de serviço, com um valor contratual anual estimado. Esse modelo permite flexibilidade para cobrir diferentes tipos de reparos que possam surgir para um mesmo instrumental, sem a necessidade de múltiplos orçamentos ou processos burocráticos para cada ocorrência.

A descrição detalhada dos serviços a serem executados está contida na tabela a seguir. No entanto, é importante ressaltar que quaisquer procedimentos complementares que se mostrem imprescindíveis para o pleno e seguro funcionamento do instrumental de videocirurgia deverão ser executados pela Contratada, sem custos adicionais para o CAISM.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Qualificação Técnica**

4.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1.2. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade. Além disso, deverá comprovar que possui profissional técnico habilitado (engenheiro clínico, engenheiro de produção ou outro com atribuições compatíveis) devidamente registrado no CREA como Responsável Técnico.

4.1.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

4.1.3. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.1.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Execução de serviços de manutenção e/ou reparo de instrumentais de videocirurgia;

b) Quantitativo mínimo de 70 instrumentais de videocirurgia que tenham sido reparados ou submetidos à manutenção no âmbito dos contratos atestados,

c) Que tenha feito reposição de partes ou peças durante o processo de manutenção.

4.1.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.1.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.1.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **4.2. Indicação de marcas ou modelos de bens entregues na execução do serviço (art.41, inciso I da Lei nº 14.133 de 2021)**

4.2.1. Não se aplica à presente contratação.

#### **4.3. Da vedação da utilização de marca ou produto na execução do serviço**

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

#### **4.4. Da exigência da apresentação de documentação complementar pela licitante vencedora**

4.4.1. a) Licença sanitária

b) Licença de Operação

c) Alvará de funcionamento

#### **4.5. Da exigência de carta de solidariedade**

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

#### **4.6. Vistoria**

4.6.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **4.7. Preposto**

4.7.1. Não se aplica à presente contratação.



## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de execução**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Prazo de execução do objeto:

O início da execução do objeto será em 03 (três) dias úteis contados da data da assinatura do contrato ou do recebimento do instrumento contratual. A execução do objeto será sob demanda. A empresa terá 05 dias corridos para realizar a coleta dos instrumentais, após abertura de chamado pela engenharia clínica do CAISM, a manutenção e reparo deverá acontecer em 30 dias corridos após a coletada dos instrumentais.

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA.

5.2.2. A retirada dos instrumentais cirúrgicos serão realizadas no horário das 08h30 às 16h30, de segunda a sexta-feira. No endereço Rua Alexander Fleming, 101, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo - Campinas/SP. Engenharia Clínica do Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti - CAISM/UNICAMP.

### **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

a) Ferramentas e Instrumentos Específicos: A empresa deverá prover todas as ferramentas e instrumentos de alta precisão, como chaves de fenda especiais, microscópios, equipamentos de solda e calibradores, que sejam necessários para a desmontagem, reparo, montagem e teste dos instrumentais de videocirurgia, garantindo a integridade dos equipamentos.

b) Peças e Componentes de Reposição: A Contratada deverá manter em estoque ou ter acesso ágil a um catálogo de peças e componentes originais ou compatíveis de alta qualidade, como lentes, cabos de fibra ótica, lâminas, molas, parafusos e demais partes mecânicas, essenciais para a realização dos reparos.

c) Equipamentos de Teste e Calibração: A empresa deve dispor de equipamentos de teste e calibração para assegurar que os instrumentais, após a manutenção, estejam em plenas condições de uso e atendam às especificações técnicas do fabricante e às normas de segurança.

### **5.4. Recebimento**

5.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do ato da comunicação ou da constatação da prestação dos serviços integral ou da parcela executada a que se refere ao objeto, para efeito de verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo especificadas no Termo de Referência, instrumento contratual e proposta da empresa.

5.4.2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.4.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado de recebimento onde conste todas as eventuais pendências ou incorreções apuradas na execução do objeto ou da parcela.

5.4.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4.2.3. A fiscalização não efetuará o recebimento definitivo da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

5.4.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.4.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4.2.6. Sanadas as eventuais incorreções ou inconsistências na execução do objeto, o fiscal ou comissão designada pela autoridade competente verificará a qualidade e a quantidade do serviço, comunicando a contratada para que emita a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, providenciando o ateste/recebimento definitivo.

5.4.3. O recebimento definitivo integral ou da respectiva parcela executada será realizado no prazo de 10 (Dez) dias corridos a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado de recebimento e apresentação da respectiva Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

5.4.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **5.5. Medição**

5.5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência.

5.5.2. A utilização do instrumento para aferição da qualidade especificado no item anterior não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.5.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

5.5.3.1. Conformidade com o escopo: O pagamento será baseado na entrega de cada serviço de manutenção corretiva, com a comprovação de que o instrumental de videocirurgia foi reparado e devolvido em pleno funcionamento, conforme as especificações técnicas e de segurança estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5.3.2. Qualidade dos serviços: O pagamento está condicionado à aprovação do serviço de manutenção pelo fiscal do contrato. Serão considerados a qualidade do reparo, a durabilidade das peças substituídas e o atendimento completo das necessidades que originaram o chamado de manutenção. Qualquer serviço que apresente vícios, defeitos ou incorreções não será atestado para pagamento até que seja corrigido, sem custo adicional para a Contratante.

5.5.3.3. Prazos de execução: A medição também levará em conta o cumprimento dos prazos de atendimento e execução do serviço, que são cruciais para a agilidade dos procedimentos cirúrgicos no CAISM. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, sem justificativa aceita pela fiscalização, pode resultar em glosas ou na aplicação de penalidades.

## **5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 90 (noventa) dias corridos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## **5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Campinas, 03 de fevereiro de 2026.

---

Fábio Finotelli - Coordenador de Divisão

Anexo I

Descrição dos instrumentais e quantidade de manutenção anual prevista

Item	Especificação	Quantidade Total de manutenções no ano
01	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Redutor de 5mm</b>  (acoplamento de válvula de trocarte de 10mm( $\pm$ 10%), reduz diâmetro de 10mm ( $\pm$ 10%) para 5mm ( $\pm$ 10%), em inox, reutilizável)	06
02	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 10mm</b>  (obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho diâmetro de 10mm( $\pm$ 10%) e comprimento de 100mm ( $\pm$ 15%) , cânula lisa, com entrada conector luer-lock; válvula multifuncional )	06
03	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater Cânula Rosqueada</b>  (para punção principal, obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho: diâmetro de 10mm( $\pm$ 10%) e comprimento de 100mm ( $\pm$ 15%); cânula rosqueada e com conector luer-lock; válvula multifuncional; para cirurgia videolaparoscópica)	06
04	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cânula de aspiração com irrigação – entrada de 5mm e 10mm</b>  (aço inox; autoclavável; p/ videocirurgia; p/sucção e irrigação; c/ orifícios laterais tipo pistão (aspirador e irrigador); 5mm e 10mm de diâmetro x 330 mm a 360mm comprimento, duplo controle)	06
05	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Tesoura Metzemaum</b>  (mandíbula curva 6mm ( $\pm$ 5%), diametro 5mm ( $\pm$ 5%) e 330 mm a 360 mm de comprimento, manopla sem cremalheira; tipo metzemaum curva)	06
06	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça</b>	06

	<b>Fenestrada</b> (Pinça apreensão atraumática Fenestrada Côncava, 5/330mm)	
07	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Croce Olmi Curva</b> (diâmetro de 5mm, comprimento útil de, 330 mm a 360 mm composta por: manopla sem cremalheira e com acoplamento da haste giratório em 360° e encaixe tipo click; camisa isolada de 5mm; haste de pinça fenestrada atraumática tipo ponta curva de 27mm, reutilizável)	09
08	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Maryland</b> (Pinça de dissecação; em aço inox, mandíbula dupla curva; tipo maryland monopolar; desmontagem em no máximo 3 partes (tubo,manopla e haste); tubo isolado da haste; diâmetro: entre 5 e 5,5mm; comprimento trabalho: 330 e 360 mm; giratória em 360 graus; reusável)	06
09	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Dente de Rato</b> (pinça dente de rato; em aço inoxidável; com ponta para dissecação; com comprimento de aproximado de 330 mm a 360 mm)	06
10	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino Cohen</b> (kit de manipulador uterino; em inox, tipo cohen; contendo tubo para irrigação, trava de controle de profundidade e cone, conexão luer-lock; para uso em histerectomia via laparoscópica)	05
11	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Eletrodo monopolar Hook</b> (isolado, ponta gancho curvo J, comprimento útil de 300mm a 360mm; cabo para electrocirurgia de 2,5m a 3,0m de comprimento, reutilizável)	10
12	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Porta agulha (mão direita e ambidestro)</b> (cabo não anelado curvo tipo Mathieu; ponta curva mão direita e ponta reta ambidestra; comprimento útil de 330 mm a 360 mm; conexão tipo luer- lock para limpeza interna do canulado, reutilizável)	08
13	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manopla</b> (acessório para material de videoendoscopia; manopla monopolar tipo click-line, sem cremalheira, autoclavável,; para uso com haste de pinças e tesouras de videocirurgia)	11
14	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Clipadora</b>	09

	<b>LT300 e LT400</b>  (conjunto de material laparoscópico descartável; para ser utilizado em cirurgia laparoscópica; confeccionado em titânio; estéril; composto por: clip metálico médio LT300 e Grande LT400, p/ clipador metálico)	
15	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Redutor longo 5mm</b> (acessório para equipamento médico; videolaparoscópico redutor tipo diafragma; redutor longo; de 10,00mm para 5,00 mm , comprimento de 120mm )	06
16	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino (cone tipo copinho)</b> (kit de manipulador uterino; em inox e cones de três dimensões, substituíveis em função do tamanho do colo do útero, fabricado em plástico peek e/ou plástico de engenharia, contendo tubo para irrigação, cone tipo copo e borboleta de trava de profundidade; para uso em histerectomia via laparoscópica)	04
17	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 12mm</b> (trocater; em aço inox; obturador ponta piramidal; cânula lisa; na medida de diâmetro 12 mm e 12 cm de comprimento aproximado; para punção laparoscópica; camisa autoclavável)	06
18	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Betocchi</b> (conjunto de camisa para equipamento medico; para histeroscopia diagnostica tipo betocchi; medindo 4,3 mm; sem rotação, ovalada; com canal para instrumentos de 5 fr; reusável)	14
19	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Camisa Diagnóstica (conjunto)</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; em aço inoxidável; fluxo único; para uso com endoscópio rígido (óptica) 4mm; com torneira para insuflação; uso em histeroscopia diagnóstica/cirúrgica).	14
20	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Ressectoscópio</b> (elemento de trabalho passivo, ressectoscopia ;confeccionado em aço inoxidável, monopolar; fluxo contínuo 24 a 26 fr)	10
21	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Conjunto Camisa Cirurgia histeroscópica</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; composto de camisa externa, camisa interna e obturador ponta romba, em aço inoxidável; diametro: 24 a 27 fr; reutilizável e autoclavável; com duas torneiras para irrigação/aspiração, conector luer lock, obturador e um canal de trabalho; para histeroscopia cirurgia, fluxo contínuo. Uso com endoscópio rígido de 4mm)	10
22	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cabos</b>	10

	<b>de Fibra Ópticas (com ou sem sistema de fluoroscopia integrado)</b> (cabo de fibra óptica para condução luminosa de cavidades endocirúrgicas, comprimento de 3m, ponta em safira, itens com ou sem sistema de fluoroscopia, possui padrão de conexão Karl Storz)	
--	--	--

## ANEXO II

### CRITÉRIOS PARA ENSAIOS DE ACEITE DE INSTRUMENTAIS DE VIDEOCIRURGIA ENVIADO A CONSERTO

#### 1. Referências normativas:

- a. NBR 14058/1998
- b. NBR 14059/1998
- c. NBR 13912/1997

#### 2. Protocolos de ensaio

##### a. Porta Agulha:

I. Elasticidade/Resistência: Travar o PA totalmente com um fio de aço inox grau cirúrgico de 1,0 mm de diâmetro por 03 horas à temperatura ambiente ( $25^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}$ ) e não poderá haver trincas ou deformação permanente quando observado em lupa de aumento de 10 vezes.

II. Funcionalidade: Travar o PA totalmente com um fio de sutura plástico de 0,2 mm de diâmetro e exercer uma força de tração de 20 N e o fio não pode ser arrancado do PA. A força de tração pode ser obtida com um peso padrão de 02 kg pendurado no sentido axial à haste do PA.

##### b. Pinça de apreensão:

I. Elasticidade/Resistência: Fixar pela pinça, com força de apreensão de 20 N aplicada à manopla, um fio de aço inox grau cirúrgico de 1,0 mm de diâmetro por 03 horas à temperatura ambiente ( $25^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}$ ) e não poderá haver trincas ou deformação permanente quando observado em lupa de aumento de 10 vezes.

II. Funcionalidade: Fixar pela pinça, com força de apreensão de 20 N aplicada à manopla, um fio de sutura plástico de 0,2 mm de diâmetro e exercer uma força de tração de 10 N e o fio não pode ser arrancado do PA. A força de tração pode ser obtida com um peso padrão de 1 kg pendurado no sentido axial à haste da pinça.

##### c. Tesoura Metzenbaum:



- I. Exatidão de corte circular: realizar o corte de um círculo de 100mm de diâmetro por 2,0 mm de espessura, impresso em papel com gramatura de 75 g/m2.
- O corte não deverá apresentar rebarbas visíveis em ambas as bordas quando ampliada 10 vezes.
- II. Exatidão de corte em linha: realizar o corte em linha reta (~ 150 mm) em 01 camada de compressa de crepom 18 fios apoiada pelas bordas. A tesoura deverá realizar o corte em toda a extensão das lâminas.
- d. Demais Instrumentais presentes neste contrato:
- I. Serão realizadas inspeções visuais e de conexão com suas respectivas peças/partes de modo que garanta a adaptabilidade e mantenha sua usabilidade a qual foram fabricadas funcionais. Poderá ser utilizado em auxílio lentes de aumento caso necessário.
- II. Para análise de isolamento ou condutividade dos instrumentais que couberem neste subitem, será utilizado instrumentos de medição correspondentes.

Anexo III  
Modelo de Proposta

Lote	Item	Especificação	UF	Quantidade Total de manutenções no ano	Valor Unit.	Valor total
1	01	<b>Manutenção corretiva de: Redutor de 5mm</b>  (acoplamento de válvula de trocarte de 10mm(± 10%), reduz diâmetro de 10mm (± 10%) para 5mm (± 10%), em inox, reutilizável)	UN.	06		
	02	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 10mm</b>  (obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%) , cânula lisa, com entrada conector luer-lock; válvula multifuncional )	UN.	06		
	03	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater Canula</b>	UN.	06		

		<b>Rosqueada</b> (para punção principal, obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho: diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%); cânula rosqueada e com conector luer-lock; válvula multifuncional; para cirurgia videolaparoscópica)				
	04	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cânula de aspiração com irrigação – entrada de 5mm e 10mm</b> (aço inox; autoclavável; p/ videocirurgia; p/sucção e irrigação; c/ orifícios laterais tipo pistão (aspirador e irrigador); 5mm e 10mm de diâmetro x 330 mm a 360mm comprimento, duplo controle)	UN.	06		
	05	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Tesoura Metzembbaum</b> (mandíbula curva 6mm (± 5%), diâmetro 5mm (± 5%) e 330 mm a 360 mm de comprimento, manopla sem cremalheira; tipo metzembbaum curva)	UN.	06		
	06	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Fenestrada</b> (Pinça apreensão atraumática Fenestrada Côncava, 5/330mm)	UN.	06		
	07	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Croce Olmi Curva</b> (diâmetro de 5mm, comprimento útil de, 330 mm a 360 mm composta por: manopla sem cremalheira e com acoplamento da haste giratório em 360° e encaixe tipo click; camisa isolada de 5mm; haste de pinça fenestrada atraumática tipo ponta curva de 27mm, reutilizável)	UN.	09		
	08	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Maryland</b> (Pinça de dissecação; em aço inox, mandíbula dupla curva; tipo	UN.	06		

		maryland monopolar; desmontagem em no máximo 3 partes (tubo,manopla e haste); tubo isolado da haste; diâmetro: entre 5 e 5,5mm; comprimento trabalho: 330 e 360 mm; giratória em 360 graus; reusável)				
	09	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Dente de Rato</b> (pinça dente de rato; em aço inoxidável; com ponta para dissecção; com comprimento de aproximado de 330 mm a 360 mm)	UN.	06		
	10	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino Cohen</b> (kit de manipulador uterino; em inox, tipo cohen; contendo tubo para irrigação, trava de controle de profundidade e cone, conexão luer-lock; para uso em histerectomia via laparoscópica)	UN.	05		
	11	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Eletrodo monopolar Hook</b>  (isolado, ponta gancho curvo J, comprimento útil de 300mm a 360mm; cabo para electrocirurgia de 2,5m a 3,0m de comprimento, reutilizável)	UN.	10		
	12	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Porta agulha (mão direita e ambidestro)</b> (cabo não anelado curvo tipo Mathieu; ponta curva mão direita e ponta reta ambidestra; comprimento útil de 330 mm a 360 mm; conexão tipo luer- lock para limpeza interna do canulado, reutilizável)	UN.	08		
	13	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manopla</b> (acessório para material de videoendoscopia; manopla monopolar tipo click-line, sem cremalheira, autoclavável,; para uso com haste de pinças e tesouras de videocirurgia)	UN.	11		
	14	<b>Serviço de manutenção</b>	UN.	09		

		<b>corretiva de: Clipadora LT300 e LT400</b>  (conjunto de material laparoscópico descartável; para ser utilizado em cirurgia laparoscópica; confeccionado em titânio; estéril; composto por: clip metálico médio LT300 e Grande LT400, p/ clipador metálico)				
	15	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Redutor longo 5mm</b> (acessório para equipamento médico; videolaparoscópico redutor tipo diafragma; redutor longo; de 10,00mm para 5,00 mm , comprimento de 120mm )	UN.	06		
	16	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino (cone tipo copinho)</b> (kit de manipulador uterino; em inox e cones de três dimensões, substituíveis em função do tamanho do colo do útero, fabricado em plástico peek e/ou plástico de engenharia, contendo tubo para irrigação, cone tipo copo e borboleta de trava de profundidade; para uso em histerectomia via laparoscópica)	UN.	04		
	17	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 12mm</b> (trocater; em aço inox; obturador ponta piramidal; cânula lisa; na medida de diâmetro 12 mm e 12 cm de comprimento aproximado; para punção laparoscópica; camisa autoclavável)	UN.	06		
	18	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Betocchi</b> (conjunto de camisa para equipamento médico; para histeroscopia diagnostica tipo betocchi; medindo 4,3 mm; sem rotação, ovalada; com canal para instrumentos de 5 fr; reusável)	UN.	14		
	19	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Camisa Diagnóstica (conjunto)</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; em aço inoxidável; fluxo único; para uso com endoscópio rígido (ótica) 4mm; com torneira para insuflação; uso em histeroscopia diagnóstica/cirúrgica).	UN.	14		

	20	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Ressectoscópio</b> (elemento de trabalho passivo, ressectoscopia; confeccionado em aço inoxidável, monopolar; fluxo contínuo 24 a 26 fr)	UN.	10		
	21	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Conjunto Camisa Cirurgia histeroscópica</b> (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; composto de camisa externa, camisa interna e obturador ponta romba, em aço inoxidável; diâmetro: 24 a 27 fr; reutilizável e autoclavável; com duas torneiras para irrigação/aspiração, conector luer lock, obturador e um canal de trabalho; para histeroscopia cirurgia, fluxo contínuo. Uso com endoscópio rígido de 4mm)	UN.	10		
	22	<b>Serviço de manutenção corretiva de: Cabos de Fibra Ópticas (com ou sem sistema de fluoroscopia integrado)</b> (cabo de fibra óptica para condução luminosa de cavidades endocirúrgicas, comprimento de 3m, ponta em safira, itens com ou sem sistema de fluoroscopia, possui padrão de conexão Karl Storz)	UN.	10		
Valor global da contratação:						



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[sigad.unicamp.br/verifica](http://sigad.unicamp.br/verifica), informando o código verificador:  
**8E295431 8D804634 8645EBC2 19BFD456**





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**ADMINISTRATIVO**

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.8. Garantia da Contratação**

6.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.9. Fiscalização**

6.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9.2. O fiscal do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da [Resolução GR nº 14/2023](#).





## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

#### 6.10. Gestor do contrato

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da Resolução GR nº 14/2023.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### 7.1. Medição

7.1.1. A medição obedecerá às condições contidas no Item 5.5 e subitens deste Termo de Referência.

#### 7.2. Liquidação

7.2.1. Recebido definitivamente o objeto ou a parcela de referência, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão iniciados os prazos para liquidação e pagamento correspondente, limitando-se este último ao estabelecido no item 7.3 do Termo de Referência.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

#### 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento provisório do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017.



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

7.4.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.4.2. O Contratante, por ocasião do pagamento, efetuará a retenção de tributos determinada por normativas vigentes, ainda que não haja indicação de retenção no documento fiscal apresentado. As retenções não realizadas no pagamento ao fornecedor tempestivamente poderão ser objeto de desconto em pagamentos futuros.

7.4.2.1. As retenções tributárias efetuadas pela contratante, sobre as contratações de serviços prestados, observam as seguintes normativas:

a) Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 exclusivamente para Imposto sobre a renda (IR). Devido à ausência de convênio entre o Estado de São Paulo e a União, o Contratante não efetuará retenção das contribuições para o PIS, COFINS e CSLL, motivo pelo qual o Contratado não deverá destacar tais contribuições nos respectivos documentos fiscais.

b) Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, Lei do Município de Campinas nº 12.392, de 2005, Lei do Município de Limeira nº 1.890, de 1983, Lei Complementar do Município de Paulínia nº 88, de 2022 e Lei do Município de Piracicaba nº 224, de 2008, em relação ao ISSQN.

c) Instrução Normativa 2110, de 2022, em relação ao INSS.

7.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### 8.2. Regime de Execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

### 8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx) ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

8.3.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

#### 8.4. Habilitação jurídica

8.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

8.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **8.6. Qualificação Econômico-Financeira**

8.6.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira na presente contratação.

#### **8.7. Qualificação Técnica**

8.7.1. A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.1 e subitens deste Termo de Referência.



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

#### 8.8. Outras comprovações

8.8.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, mediante:

8.8.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.8.1.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.8.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.8.2. Será admitida a participação de cooperativas, mediante apresentação da seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

8.8.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.2.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.8.2.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.8.2.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.8.2.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.8.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.4. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**

Minuta aprovada pelo  
Parecer PG nº 1176,  
de 2025 e Despacho  
PG nº 2444, de 2025

Fonte de Recurso: Tesouro

Funcional Programática Legal (FPL): 12.122.4807.6351

Classificação Econômica: 3339-80

Campinas, 23 de fevereiro de 2026.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

---

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CRISTINA DA VEIGA, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 23/02/2026, às 12:16 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

---

Documento assinado eletronicamente por ALISON ROLEMBERG DE LIMA, PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 23/02/2026, às 12:15 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[sigad.unicamp.br/verifica](http://sigad.unicamp.br/verifica), informando o código verificador:  
**8342099D 31634CB7 AB126A19 3F4DFB2B**





## **ANEXO II**

### **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

**Contrato XXX/XXXX**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS CONTÍNUOS – LICITAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

(Processo Administrativo nº01-P-25998/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
E A EMPRESA.....

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.068.425/0001-33, neste ato representada pelo(a) .....(nome), portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome), tendo em vista o que consta no Processo nº 01-P-25998/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (Pregão) nº , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. Cláusula primeira - do objeto**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de Contratação de serviços de manutenção corretiva de instrumental de vídeo cirurgia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE CONTRATOS  
UASG XXXXXX

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviço de manutenção corretiva de: Redutor de 5mm (acoplamento de válvula de trocarte de 10mm(± 10%), reduz diâmetro de 10mm (± 10%) para 5mm (± 10%), em inox, reutilizável)	20869	UN.	06		
	2	Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 10mm (obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%) , cânula lisa, com entrada conector luer-lock; válvula multifuncional )	20869	UN.	06		
	3	Serviço de manutenção corretiva de: Trocater Canula Rosqueada (para punção principal, obturador piramidal, camisa com torneira para insuflação; em aço inoxidável; tamanho: diâmetro de 10mm(± 10%) e comprimento de 100mm (± 15%); cânula rosqueada e com conector luer-lock; válvula multifuncional; para cirurgia videolaparoscópica)	20869	UN.	06		
	4	Serviço de manutenção corretiva de: Cânula	20869	UN.	06		



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE CONTRATOS  
UASG XXXXXX

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

		de aspiração com irrigação – entrada de 5mm e 10mm (aço inox; autoclavável; p/ videocirurgia; p/sucção e irrigação; c/ orifícios laterais tipo pistão (aspirador e irrigador); 5mm e 10mm de diâmetro x 330 mm a 360mm comprimento, duplo controle)					
	5	Serviço de manutenção corretiva de: Tesoura Metzembraum (mandíbula curva 6mm (± 5%), diâmetro 5mm (± 5%) e 330 mm a 360 mm de comprimento, manopla sem cremalheira; tipo metzembraum curva)	20869	UN.	06		
	6	Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Fenestrada (Pinça apreensão atraumática Fenestrada Côncava, 5/330mm)	20869	UN.	06		
	7	Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Croce Olmi Curva (diâmetro de 5mm, comprimento útil de, 330 mm a 360 mm composta por: manopla sem cremalheira e com acoplamento da haste giratório em 360° e encaixe tipo click; camisa isolada de 5mm; haste de pinça fenestrada atraumática tipo ponta curva de 27mm, reutilizável)	20869	UN.	06		



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

	<b>8</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Maryland (Pinça de dissecação; em aço inox, mandíbula dupla 20869 curva; tipo maryland monopolar; desmontagem em no máximo 3 partes (tubo,manopla e haste); tubo isolado da haste; diâmetro: entre 5 e 5,5mm; comprimento trabalho: 330 e 360 mm; giratória em 360 graus; reusável)	20869	UN.	06		
	<b>09</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Pinça Dente de Rato (pinça dente de rato; em aço inoxidável; com ponta para dissecação; com comprimento de aproximado de 330 mm a 360 mm)	20869	UN.	06		
	<b>10</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino Cohen (kit de manipulador uterino; em inox, tipo cohen; contendo tubo para irrigação, trava de controle de profundidade e cone, conexão luer-lock; para uso em histerectomia via laparoscópica)	20869	UN.	05		
	<b>11</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Eletrodo monopolar Hook (isolado, ponta gancho curvo J, comprimento útil de 300mm a 360mm; cabo para electrocirurgia de 2,5m a 3,0m de comprimento,	20869	UN.	10		



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

		reutilizável)					
	<b>12</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Porta agulha (mão direita e ambidestro) (cabo não anelado curvo tipo Mathieu; ponta curva mão direita e ponta reta ambidestra; comprimento útil de 330 mm a 360 mm; conexão tipo luer- lock para limpeza interna do canulado, reutilizável)	20869	UN.	08		
	<b>13</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Manopla (acessório para material de videoendoscopia; manopla monopolar tipo click-line, sem cremalheira, autoclavável,; para uso com haste de pinças e tesouras de videocirurgia)	20869	UN.	11		
	<b>14</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Clipadora LT300 e LT400 (conjunto de material laparoscópico descartável; para ser utilizado em cirurgia laparoscópica; confeccionado em titânio; estéril; composto por: clip metálico médio LT300 e Grande LT400, p/ clipador metálico)	20869	UN	09		
	<b>15</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Redutor longo 5mm (acessório para equipamento médico;	20869	UN.	06		



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE CONTRATOS  
UASG XXXXXX

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

		videolaparoscópico redutor tipo diafragma; redutor longo; de 10,00mm para 5,00 mm , comprimento de 120mm )					
	16	Serviço de manutenção corretiva de: Manipulador Uterino (cone tipo copinho) (kit de manipulador uterino; em inox e cones de três dimensões, substituíveis em função do tamanho do colo do útero, fabricado em plástico peek e/ou plástico de engenharia, contendo tubo para irrigação, cone tipo copo e borboleta de trava de profundidade; para uso em histerectomia via laparoscópica)	20869	UN.	04		
	17	Serviço de manutenção corretiva de: Trocater 12mm (trocater; em aço inox; obturador ponta piramidal; cânula lisa; na medida de diâmetro 12 mm e 12 cm de comprimento aproximado; para punção laparoscópica; camisa autoclavável)	20869	UN	06		
	18	Serviço de manutenção corretiva de: Betocchi (conjunto de camisa para equipamento medico; para histeroscopia diagnostica tipo betocchi; medindo 4,3 mm; sem rotação, ovalada; com canal para instrumentos de 5 fr;reusável)	20869	UN.	14		



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

	<b>19</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Camisa Diagnóstica (conjunto) (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; em aço inoxidável; fluxo único; para uso com endoscópio rígido (ótica) 4mm; com torneira para insuflação; uso em histeroscopia diagnóstica/cirúrgica)	20869	UN.	14		
	<b>20</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Ressectoscópio (elemento de trabalho passivo, ressectoscopia; confeccionado em aço inoxidável, monopolar; fluxo contínuo 24 a 26 fr)	20869	UN.	14		
	<b>21</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Conjunto Camisa Cirurgia histeroscópica (camisa endoscópica para cirurgia de vídeo; composto de camisa externa, camisa interna e obturador ponta romba, em aço inoxidável; diâmetro: 24 a 27 fr; reutilizável e autoclavável; com duas torneiras para irrigação/aspiração, conector luer lock, obturador e um canal de trabalho; para histeroscopia cirurgia, fluxo contínuo. Uso com endoscópio rígido de 4mm)	20869	UN.	10		
	<b>22</b>	Serviço de manutenção corretiva de: Cabos de Fibra Ópticas (com ou sem sistema de fluoroscopia integrado)	20869	UN.	10		





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

		(cabo de fibra óptica para condução luminosa de cavidades endocirúrgicas, comprimento de 3m, ponta em safira, itens com ou sem sistema de fluoroscopia, possui padrão de conexão Karl Storz)					
--	--	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Em caso de conflito entre os documentos mencionados no subitem 1.3, por ser mais específico, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

**2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

- 2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7 A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

**3 Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais**

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4 Cláusula quarta – subcontratação**

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5 Cláusula quinta – preço**

- 5.1 O valor total estimado da contratação é de R\$...... ( . )
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6 Cláusula sexta – pagamento**

- 6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7 Cláusula sétima – reajuste**

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (06/11/2025).
- 7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8 Cláusula oitava - obrigações do contratante**

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

8.10.1 O prazo referido no parágrafo nono desta cláusula não se iniciará enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para adequada instrução do requerimento.

8.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9 Cláusula nona - obrigações do contratado**

9.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

- 9.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.22 Apresentar a planilha de composição de custo em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.23 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ...  
(inserir endereço(s));
- 9.23.1 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....]  
(inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

**10 Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD**

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11 Cláusula décima primeira - garantia de execução**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12 Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- d) Multa Contratual: que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer infração administrativa ou descumprimento de qualquer das cláusulas estipuladas no presente contrato.
- e) Multa de Mora: calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, observando-se a relação proporcional dos dias de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

1. Para atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) por dia de atraso;

2. Para atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso;

3. Para atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso;

4. Para atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso.

V.1. O percentual de atraso será obtido por meio da divisão do número de dias de atraso pelo prazo contratualmente estabelecido e, posteriormente, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento em duas casas decimais.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

**12.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.6** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.9** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.10** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.11** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Além das disposições previstas na Cláusula Décima Segunda, a aplicação das sanções previstas no presente contrato deverá observar o disposto na Resolução GR-19/2023.

### **13 Cláusula décima terceira - da extinção contratual**

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

13.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14 Cláusula décima quarta - dotação orçamentária**

14.1 As despesas serão pagas através de recursos orçamentários a conta da(s) funcional(is) programática(s) 12.122.4807.6351 no elemento econômico 3339-80.

#### **15 Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16 Cláusula décima sexta – alterações**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17 Cláusula décima sétima – publicação**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

Minuta:3.2.1 -  
Aprovado segundo  
Parecer PG nº1482,  
de 2024 e Despacho  
PG nº3125, de 2024

**18 Cláusula décima oitava – foro**

- 18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 18.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE CONTRATOS**  
**UASG XXXXXX**

**Minuta:3.2.1 -**  
**Aprovado segundo**  
**Parecer PG nº1482,**  
**de 2024 e Despacho**  
**PG nº3125, de 2024**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[sigad.unicamp.br/verifica](http://sigad.unicamp.br/verifica), informando o código verificador:  
**D0D9FD7F 50094FD7 85FFFF0C 5FA3631C**

